



Fotos Cláudia Andujar

Yanomami, condenados pela Nova República?

Sarney fecha questão para não demarcar área

Colônias em território indígena nas fronteiras poderiam tirar dos índios o direito à terra

Eduardo Leão

Cinco horas depois da reunião com o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general-de-brigada Rubens Bayma Denys, e os ministros do Interior e da Reforma Agrária, os representantes da CNBB e CIMI (Conselho Indigenista Missionário), saíram dos gabinetes oficiais no último dia 26 apenas com uma certeza: não será demarcada nenhuma área indígena localizada na faixa de 150 quilômetros de largura a partir da fronteira.

"Esta é uma decisão pessoal e fechada do presidente Sarney" que, inclusive, lembrou o general, "está ciente da ilegalidade de tal proceder". Disse ele ainda que "demarcar áreas indígenas na fronteira — compreendida em toda a sua extensão, do Oiapoque ao Chui — tornaria vulnerável esta zona estratégica, principalmente na Amazônia onde os índios são poucos para atender as exigências da segurança nacional".

A única possibilidade admitida por Rubens Bayma Denys para as terras indígenas nessa faixa de fronteira é a criação de colônias agrícolas, previstas no Estatuto do Índio. Essa lei a define como "destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos aculturadas e membros da comunidade nacional". O problema é encontrar em todo

o Brasil povos nativos convivendo pacificamente com colonos que ilegalmente ocupam suas terras.

A preocupação foi desfeita pelo secretário-geral do CSN. Conforme ele, as colônias não devem abrigar brancos, mas em contrapartida seriam demarcadas apenas "ilhas" dentro do território original indígena. Para Erwin Krautler, bispo de Xingu e presidente do Cimi, presente no encontro, a criação dessas colônias pelo governo "seria impor aos milhares de índios que há séculos habitam as fronteiras uma violação ao direito à terra".

Pistas de pouso estão prontas e Projeto Calha Norte aos poucos começa a ser implantado

A 14 de janeiro último, o presidente José Sarney havia declarado ao senador Severo Gomes (PMDB-SP) sua decisão de criar o Parque Yanomani e uma área de preservação permanente localizada nos 60 quilômetros da faixa de segurança nacional, entre o Território de Roraima e o Estado do Amazonas. Doze dias depois, esses 60 quilômetros são transformados em 160 e os índios incapazes de garantir a integridade do território nacional. Como nessa faixa de fronteira há disputa de terra entre a Venezuela e Colômbia,

tráfico de drogas, contrabando e mineração ilegal, "o governo não poderia deixar essa área fora de controle militar", afirmou Bayma Denys.

Na opinião do bispo de Xingu e presidente do Cimi, "o Conselho de Segurança Nacional esqueceu o papel histórico exercido pelos indígenas na preservação das fronteiras brasileiras", ao contemplar os índios como obstáculos de eventuais manobras militares.

Se a "decisão" do presidente Sarney fosse efetivada, a área de preservação permanente, prevista no Código Florestal, abrangeria dois terços dos nove milhões de hectares do Território Yanomami. Nessa área vivem 7.400 Yanomami e 200 Yekuana. Um terço restante da área tradicional indígena seria reservada ao Parque Yanomami, onde habitam aproximadamente 1.400 deles.

Enquanto se discute isso, o Projeto Calha Norte vai sendo implantado. Conforme o coronel Aloísio Weber, do Conselho de Segurança Nacional e presente na reunião do dia 26, as pistas de pouso dos postos indígenas Paapiu e Waikas, em território Yanomami, já foram concluídas. Ele anunciou ainda aos participantes do encontro que o orçamento previsto para o projeto até 1989 é de 300 milhões de cruzados. E terminou lembrando que o projeto Calha Norte, inicialmente, nada mais era que uma ideia do presidente José Sarney.

Segurança Nacional bloqueia solução para os Yanomami

Se não for contida a marcha desenvolvimentista o terceiro ciclo de ocupação, o Amazônico, será mais desastroso e funesto que os dois anteriores

Posse da terra, uma questão de direito

O tratamento da questão indígena na Nova República apresentou avanços, mas, no caso específico dos Yanomami, o fato deles viverem numa região fronteiriça está a dificultar a solução desejada. Isso porque as doutrinas de segurança nacional continuam a bloquear a decretação como Parque Indígena. Enquanto o projeto permanece na gaveta, apesar de comprovada a sua urgência, as Forças Armadas começam a erguer fortificações na área, dentro do Projeto Militar Calha Norte (*).

E junto com o Calha Norte ressurtem dois argumentos do passado: que é muita terra para pouco índio, e que um parque indígena na fronteira faz parte de um plano de internacionalização desta região da Amazônia. Voltaram insinuações de que os testas-de-ferro dessa jogada são os missionários e voluntários que trabalham há anos na defesa dos Yanomami.

Quando, nos últimos anos, se entregou o Brasil ao capital financeiro internacional, enredando o país nesta monstruosa divida externa, não era internacionalização e sim desenvolvimento. Um Projeto Jari, pertencente ao norte-americano Daniel Ludwig, com seis milhões de hectares, dirigido por uma fundação com sede na Suíça e administrado na foz do rio Amazonas por técnicos de 20 países, nunca foi muita terra para uma só pessoa, tampouco se constituía num risco de internacionalização. Por isso, são estranhos esses dois argumentos quando se sabe que essa região da fronteira não só foi mantida como brasileira graças à presença dos índios e à sua opção pela "proteção" brasileira. E esses argumentos ressurtem, porque os líderes da Nova República ainda não conseguiram atuar com desenvoltura no segmento militar da sociedade brasileira.

Devemos, então, ajudar. E de que forma? Criando condições para puxar este debate para fora da caserna. Trazê-lo para o ringue constituinte.

O momento é extremamente importante, pois a postura da Nação brasileira sobre a questão indígena tirada na Constituinte prevalecerá nos próximos anos, justamente o desabrochar do terceiro grande ciclo de ocupação do nosso território: o Amazônico. A posição do Brasil sobre como orientar a derradeira expansão migratória e econômica rumo à Amazônia sairá da Constituinte, e, por intermédio dela, seguiremos ou não abrindo minas, deixando buracos e miséria, formando pastos e lavouras fraudulentas e desertificantes, com o sacrifício desnecessário da mata tropical úmida e dos povos indígenas. E mantendo o mesmo princípio básico da exploração de séculos atrás, ou seja, pensada e dirigida do exterior, para onde vão os lucros e as riquezas minerais e vegetais, sem benefício algum para o povo brasileiro, a não ser uma escassa minoria de testas-de-ferro das multinacionais.

EUA detectaram rico perfil mineral em pesquisa na região da Calha Norte. Ludwig conferiu

Se prevalecerem a doutrina de segurança nacional, as pressões das elites locais para ocupar de qualquer maneira a área e explorar suas riquezas, e se não for contida a marcha desenvolvimentista, o terceiro ciclo, o Amazônico, trará consequências mais desastrosas e funestas que os dois anteriores. Se não, vejamos: durante o primeiro grande ciclo de ocupação, dirigido pela primeira capital, Salvador, foi atingida a floresta de Pau-Brasil.

Durante o segundo grande ciclo, capitaneado pelo Rio Imperial e Distrito Federal, o Sul e Sudeste perderam suas araucárias e as inchadas grandes cidades não satisfazem as necessidades e aspirações de seus habitantes. Agora,

Tentativa de internacionalização foi a venda de milhões de hectares de terra para estrangeiros que ainda as possuem. Tentativa foi a dos norte-americanos pretenderem anexar o território que hoje é o Estado do Acre, por intermédio do Bolivian Syndicate, que resultou numa revolução dos nossos seringueiros e na incorporação da região ao Brasil de forma negociada diplomaticamente no final do século passado. Proposta de internacionalização, entre tantas acontecidas ao longo da história, foi o balaço de ensaio lançado pelo futurologista Herman Khan, do Hudson Institute, de criar os chamados Grandes Lagos Amazônicos e interligar a bacia Amazônica à do Prata, possibilitando a navegação por toda América do Sul de grandes calados.

Agora, um parque indígena que reconheça a posse da terra aos Yanomami e que, ao mesmo tempo, mantenha a jurisdição geopolítica do território como sendo brasileiro, não é. Usa isso como argumento de desculpa para manter a mesma ocupação destruidora dos últimos 400 anos do Novo Mundo.

Dentro da nossa análise do problema, o Projeto Calha Norte pode existir. Mas dentro de outra filosofia. Deve, antes, refletir sobre os erros do passado, sobre as chacinhas ocorridas, e não manter a ideologia de considerar os Yanomami ou qualquer nação indígena como um "entrave" ao progresso e, por serem "primitivos", podem ser transferidos para qualquer canto, longe do seu habitat natural.

É necessário uma mudança no enfoque dado à questão indígena. O Brasil não considera como nações os índios que habitam suas fronteiras. A grande luta das di-

versas nações indígenas ainda é a demarcação de suas terras. Algumas já conseguiram, como as nações do Xingu, agrupadas no parque, mas os Yanomami têm contra si o fato de viverem na fronteira: uma fatalidade histórico-geográfica.

Tentemos argumentar que o Projeto Calha Norte deve defender as nossas fronteiras, mas, por outro lado, deve reconhecer o território Yanomami, a autoridade dos chefes e os limites com o território brasileiro devem merecer um tratamento diferenciado.

Os Yanomami não são entrave ao progresso. Tudo depende de filosofia

Devemos abrir campos de pouso, erguer fortificações nas fronteiras. É dever do governo e das Forças Armadas defender nossa pátria. Mas a toque de caixa solidificar uma postura que precisa ser debatida, não está certo. Pode-se colocar forte nas áreas indígenas de fronteiras, mas em conjunto com a FUNAI, CIMI, entidades ecológicas, com apoio e participação de jovens, voluntários, tudo antecedido de um debate sobre preservação do povo índio, da ecologia. Colocar forte, mas, antes, delimitar e demarcar o parque e, depois, escolher os pontos de maior necessidade de controle, mas sem perturbar e interferir no dia-a-dia dos Yanomami. Esses pontos de controle deverão ter como objetivo não controlar possíveis invasões dos índios sobre a terra dos brancos, algo impossível, e sim evitar invasões dos garimpeiros, multinacionais e empresários locais.

Acreditamos que, antes do Congresso Constituinte consolidar nova carta, deve agir no sentido de levar o presidente Sarney a assinar o decreto do parque, forma jurídica permitida pela atual constituição, a exemplo do Parque Indígena do Xingu. Depois, discutir uma nova postura da questão indígena em áreas de fronteiras.

Brasília dirige o avanço para o norte Amazônico desde 1960. E o alvo será nada menos que o pulmão do planeta, uma floresta que se autosustenta sobre uma camada de húmus brotada da pura areia, e que abriga 350 diferentes espécies dentro de cada hectare, um campo de futebol, e que se equilibram intrincadas com dezenas de grandiosos e belos rios que formam a maior bacia pluvial da Terra, mantendo, acalmando a temperatura na linha do Equador como se fosse uma mágica bolsa d'água.

O destruir dessa bolsa atingirá os Yanomami, pois eles estão no caminho desta marcha, habitando montanhas ricas em ouro, diamantes, cassiterita, minerais radioativos, urânio, correndo o risco de desaparecerem como centenas de nações indígenas que sumiram durante a ocupação do Novo Mundo. Mas, desta vez, o romper da bolsa não abalará somente a vida dos povos indígenas da região, e sim a própria vida do Planeta.

O detalhe mais interessante e preocupante ao mesmo tempo é que o desenvolvimento tecnológico de hoje multiplicou o poder destruidor do conquistador do Novo Mundo. E essa tecnologia vem preparando o começo do terceiro grande ciclo de expansão, o Amazônico, há mais tempo do que se imagina. Começou durante a segunda Guerra Mundial. Segundo pesquisas do antropólogo norte-americano Shelton Davis, em meio ao conflito, os Estados Unidos, com consentimento do governo brasileiro, aerofotografaram toda a Calha Norte, do foz do Rio Amazonas à fronteira com Venezuela/Colômbia. Resultado: um rico perfil mineral. Por isso na ponta leste, no Amapá, no final da década de 60, instalou-se o Projeto Jari, pois seu

idealizador, Daniel Ludwig teve acesso ao mapeamento das riquezas e ali montou seu projeto. A outra extremidade, o território Yanomami, ficou para depois, por ser uma área montanhosa e de difícil acesso. Mais tarde, nos anos 70, novo inventário das ocorrências minerais na Amazônia foi feito pelo Projeto Radam, juntamente com a Goodyear Co e a Divisão de Serviços Aéreos da Litton Industries. Coincidentemente, em 72, criam a estrada Perimetral Norte, que cortou o sul da área Yanomami, sem levar a nada, apenas destruindo 15 aldeias. Ao mesmo tempo, começaram os garimpos na região e, no centro do território Yanomami, na Serra de Surucucus, a CPRM e Nuclebrás prospectam em busca de urânio.

Postura brasileira na Constituinte sobre questão indígena deve prevalecer

Então, por trás da expansão do desenvolvimento na direção do território Yanomami está a cobiça dos minérios.

Mesmo que 80% do território, segundo o próprio Radam, não sirva para a agricultura ou criação de gado, mesmo que 20% da área já seja declarada reserva florestal (a de Paríma), mesmo que no Brasil existam outros garimpos de ouro sem conflito com índios, mesmo que jazidas de cassiterita estejam sendo exploradas na própria Amazônia, os Yanomami dificilmente terão seu território respeitado. A região terá que ser "integrada ao processo produtivo", ao desenvolvimento, como forma, segundo os militares, de assegurar nossas fronteiras.